

O PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL - UNISC

*Virgínia Elisabeta Etges**

Resumo

O Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul surgiu no início dos anos 1990, juntamente com a instalação da Universidade, num contexto marcado por movimentos em favor da descentralização do processo de gestão do território riograndense. Dentre seus principais propósitos destacam-se a formação de profissionais qualificados para atuarem na promoção do desenvolvimento regional, bem como tornar-se centro de referência em estudos sobre Desenvolvimento Regional.

Palavras-chave: Pós-Graduação, Desenvolvimento Regional, Globalização, Regionalização.

Abstract

The Post Graduation Program in Regional Development at the University of Santa Cruz Sul started at the beginning of the 1990's, coinciding with University's inauguration and the decentralization of the management of the Rio Grande do Sul State territory. The Program's main objectives are to prepare qualified professionals to promote regional development and to act as a focus for studies of Regional Development.

Keywords: Pós-Graduação, Regional Development, Globalization, Regionalização

* Doutora em Geografia, Professora do Departamento de História e Geografia e Coordenadora do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado da UNISC

INTRODUÇÃO

A origem e a trajetória da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC trazem a marca da comunidade regional, que se caracteriza pela priorização de projetos comunitários, implementados através do associativismo, presentes desde a origem da formação da região, que remonta a meados do século XIX, com a vinda dos primeiros imigrantes europeus.

Este compromisso com o desenvolvimento da sua região de abrangência¹ faz com que a UNISC atribua ao tema Desenvolvimento Regional destacada ênfase, característica esta que acompanha a Intituição desde a instalação dos primeiros cursos de Graduação, em 1964, até os dias de hoje. Foi justamente esta ênfase que viabilizou a reunião de esforços no início dos anos de 1990, época da obtenção do status de Universidade, para a criação do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, instalado em 1994.

Na realidade a década de 1990 foi marcante em todo o Estado do Rio Grande do Sul, na medida em que várias iniciativas voltadas à descentralização dos processos de promoção de desenvolvimento foram implantadas, como a instalação dos Pólos de Modernização Tecnológica e dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento.

É neste contexto de descentralização do processo de gestão do território e de promoção do desenvolvimento que o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional foi criado, com o objetivo de tornar-se um centro de referência nos debates e na produção de novos conhecimentos a respeito do tema.

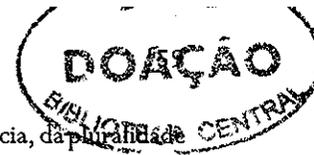
Assim, a meta do Programa é preparar profissionais, pesquisadores e docentes comprometidos com o desenvolvimento sustentável, a partir da perspectiva regional, partindo da concepção de que uma região, para que exista de fato, tem que ser construída socialmente a partir de laços comuns, de traços de identidade que se expressam no âmbito do cultural, do econômico e do político, que permitam vislumbrar desafios comuns à comunidade envolvida.

A TRAJETÓRIA DA UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL

A Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC é uma Universidade Comunitária que se propõe a atender de forma qualificada às necessidades educacionais, culturais e de desenvolvimento científico e tecnológico da sua região de abrangência.

Seu compromisso é desenvolver ensino, pesquisa e extensão com qualidade,

¹ A área de abrangência da UNISC atinge 55 municípios localizados, em sua grande maioria, na região do Vale do Rio Pardo e do Vale do Taquari.



firmada nos princípios da ética, da liberdade, da igualdade, da democracia, da pluralidade e da defesa do ser humano, visando a formação de cidadãos livres.

Tendo em vista estes princípios, a UNISC define como fundamentais a indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão; o atendimento à universalidade de campos do saber e a formação de profissionais criativos e intelectualmente independentes.

É neste contexto que, em 1962, surge a Associação Pró-Ensino em Santa Cruz do Sul - APESC², mantenedora da Universidade de Santa Cruz do Sul. Dois anos depois, em 1964, passaram a ser instaladas as Faculdades de Ciências Contábeis, de Filosofia, Ciências e Letras (1967), de Direito (1968). Em 1970 foi criada a Escola Superior de Educação Física.

Em 1980, as quatro faculdades mantidas pela APESC passaram a constituir as Faculdades Integradas de Santa Cruz do Sul - FISC.

A FISC tinha autonomia didático-pedagógica em relação à APESC, a quem competia apenas a administração patrimonial e financeira.

Até 1986 o Diretor-Geral da FISC era nomeado pelo Presidente da APESC dentre os professores titulares em exercício na Instituição. A partir desse ano a Direção-Geral, as direções de Faculdades e as chefias de Departamentos passaram a ser eleitas pelo voto direto. O primeiro Diretor-Geral e Vice eleitos pelo voto direto e paritário da comunidade acadêmica em 1986, assumiram seus cargos em 1987 e, em 1990, foram reeleitos para um segundo mandato.

A década de 90 foi marcante para a UNISC, período em que passa a destacar-se como uma das mais importantes Universidades Comunitárias do Estado do Rio Grande do Sul. Em 1991 o Conselho Federal de Educação aprovou a Carta-Consulta das Faculdades Integradas com vistas à criação da Universidade. Em 1992 foram extintas as Faculdades, e os Departamentos passaram a ligar-se diretamente à Administração Superior. Em 1993, culminando todo o processo de transição, a Universidade de Santa Cruz do Sul foi reconhecida através da Portaria n°. 880, de 23/06/93, DOU de 25/06/93, com base no parecer CFE n°. 282, de 05/05/93.

A partir do reconhecimento da Universidade diversos novos cursos de graduação foram oferecidos, contando hoje com um total de 38 com 55 habilitações. O número de alunos, que em 1993, ano do início do funcionamento da Universidade, era de 3.161, passou para 11.367 alunos em 2003. Esta evolução vem acompanhada de um programa de qualificação do corpo docente e de incremento das atividades de pesquisa, que coloca a Universidade em posição de destaque no cenário das Universidades Comunitárias, com

² Entidade mantenedora da UNISC, sem fins lucrativos integrada por representantes dos diversos segmentos da sociedade regional, num total de 72 membros.

49% dos seus docentes apresentando título de Mestre, 17% com título de Doutor e 16% em fase de conclusão de Doutorado. Além destes, importantes investimentos vêm sendo realizados na instalação de infraestrutura moderna e atualizada em termos de laboratórios e de espaços para instrumentação prática, que vem possibilitando a instalação de Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*, (atualmente 31 cursos encontram-se em andamento) e de Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, num total de 4 Programas, dois próprios – Desenvolvimento Regional e Direito – e dois interinstitucionais: Engenharia da Produção, em parceria com a UFSC, e Psicologia do Desenvolvimento, em parceria com a UFRGS.

Com autorização do Ministério da Educação, obtida no final de 1997, a UNISC tornou-se multicampi, passando a oferecer cursos de Graduação nos municípios de Sobradinho, Capão da Canoa, Rio Pardo, Venâncio Aires e Boqueirão do Leão.

Assim, a democratização institucional e as idéias de fortalecimento do compromisso que a nova Universidade deveria desempenhar junto à comunidade regional, exerceram importante influência na concepção geral do Programa.

O movimento pelas diretas representou um momento profícuo de discernimento da Universidade que então se projetava construir e das linhas de pesquisa nas quais se julgava importante concentrar a investigação. Dentre algumas idéias, concernentes à Universidade que se queria, destaca-se: a universidade deveria ser um espaço plenamente engajado na criação e na disseminação do conhecimento e no avanço da ciência, com ênfase na comunidade regional sem perder de vista sua inserção no contexto global; ser um ambiente onde os desafios e soluções importantes em nível local, regional e nacional fossem identificados, debatidos e dirigidos em um espírito de crítica construtiva, encorajando a participação ativa dos cidadãos nos debates sobre o desenvolvimento social, cultural e intelectual; a Universidade deveria estimular o intercâmbio entre as diversas ciências, áreas do saber e disciplinas, adotando práticas capazes de assegurar qualidade nas atividades do ensino, da pesquisa e da extensão; a instituição deveria ser uma Universidade Comunitária, distinguindo-se pela transparência administrativa e financeira e por não se organizar segundo padrões empresariais de lucratividade. Estas idéias, ganhando força e presença institucional, representaram um forte alento no sentido da valorização da temática do Desenvolvimento Regional.

Neste contexto, a pesquisa passou a desempenhar papel relevante, no sentido de alavancar e potencializar as diversas áreas do conhecimento através da prática de pesquisa interdisciplinar, aplicada ao desenvolvimento regional, bem como de pesquisa de base. O espaço regional, portanto, passou a ser o *locus* por excelência das preocupações da pesquisa institucional, visando promover um conhecimento científico que apresentasse soluções inovadoras e, quando não fosse o caso, abordagens críticas de discernimento de possíveis resoluções.

O PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Em 1994 iniciaram-se as atividades do Programa de Pós-Graduação, na época Curso de Mestrado em Desenvolvimento Regional, objetivando propiciar um espaço de reflexão e de pesquisa interdisciplinar sobre o desenvolvimento regional. Assim, a Universidade, reconhecida em 1993, colocava em prática uma idéia que já estava prevista no seu Plano de Desenvolvimento Institucional, e que vinha sendo uma preocupação constante das atividades de pesquisa e extensão, a saber, ser uma instituição voltada à comunidade, aos anseios e desafios do espaço regional. O Curso de Pós-Graduação representou, por isso, o ponto catalizador das pesquisas sobre o tema.

Diante da complexidade dos elementos que interagem no processo de promoção do desenvolvimento regional, decidiu-se eleger quatro áreas de concentração que deram origem às áreas de concentração que nortearam o Programa ao longo dos seus primeiros nove anos de existência. Em 1994 foram instaladas as áreas de concentração em Desenvolvimento Sócio-Cultural e Desenvolvimento Econômico-Organizacional. Em 1995 foi implantada a área de concentração em Desenvolvimento Tecno-Ambiental e, no ano seguinte, a área de concentração em Desenvolvimento Político-Institucional. Cada área de concentração passou a abordar particularidades que, no todo, conformam a região, abordagens estas marcadas pela superação dos recortes disciplinares do saber, promovendo, conseqüentemente, a pesquisa interdisciplinar.

Em 1997 obteve o reconhecimento da CAPES e em 1999 passou denominar-se Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional - PPGDR.

Vinculado à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, o Programa tem seu corpo docente formado por professores oriundos dos diversos Departamentos da Universidade.

Existe portanto, uma relação entre as atividades de ensino e pesquisa da Universidade como um todo, e as atividades de pesquisa no âmbito do Programa, expressa na concepção interdisciplinar da sua proposta.

A partir das áreas de concentração, o interesse e o compromisso com a reflexão sobre o espaço regional se traduziram concretamente na formulação da Proposta do Programa que, na oportunidade do encaminhamento do Plano de Desenvolvimento Institucional e do Relatório para o Conselho Federal de Educação, já constava como o projeto de instalação do primeiro Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da Universidade. Assim, quando do reconhecimento da UNISC, junto ao Conselho Federal de Educação em junho de 1993, nascia também o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional.

Expressando a preocupação com a necessidade de articulação das áreas de concentração do Programa, foi criado, no momento de sua instalação, o Centro de

Pesquisas em Desenvolvimento Regional - CEPEDER. A finalidade do Centro está voltada à busca e à sistematização de conhecimentos já divulgados sobre Desenvolvimento Regional, bem como à promoção da interação entre os grupos de pesquisa do Programa, através da veiculação da produção científica dos mesmos, promovendo, assim, a articulação das linhas de pesquisa numa perspectiva interdisciplinar e a difusão, em nível da comunidade científica, dos conhecimentos sobre o tema desenvolvimento regional.

O aprimoramento da pesquisa fez surgir para o CEPEDER a necessidade de um veículo próprio de divulgação e apresentação dos resultados: a revista REDES. Criada em 1996, a revista reúne trabalhos de pesquisadores do Programa, pesquisadores da UNISC, bem como de outras instituições, e alunos do Programa, preocupados com os processos de desenvolvimento regional.

A Revista REDES é uma publicação quadrimestral, de caráter permanente, do Centro de Pesquisas em Desenvolvimento Regional (CEPEDER) e do PPGDR. A revista tem por linha editorial a divulgação de conhecimentos sobre e para o desenvolvimento regional. A primeira edição da Revista REDES ocorreu em julho de 1996. Cada edição reúne artigos sobre um tema específico. Atualmente está sendo elaborada a Revista REDES, v.8, n° 2 de maio/agosto de 2003, correspondente a 23ª edição. A Revista encontra-se em processo de indexação junto a *SciELO – Scientific Electronic Library Online*. A sua primeira indexação deu-se junto a GeoDados, indexador de Geografia e Ciências Sociais da Fundação Universidade Estadual de Maringá, Paraná, Brasil. Ao longo de sua existência, foram trabalhados diversos assuntos, dentre os quais destacam-se: Competitividade e Desenvolvimento Regional, Sustentabilidade e Desenvolvimento Regional, Pólo de Modernização Tecnológica e Desenvolvimento Regional, Agricultura Familiar e Desenvolvimento Regional, O mundo do trabalho na virada do século, Desenvolvimento Regional e Racionalidade, Gestão Regional e Globalização, Pólo de Modernização Tecnológica do Vale do Rio Pardo: integração com a comunidade regional, 150 anos de Colonização Alemã em Santa Cruz do Sul, 1849 - 1999 (especial), Questões rurais e desenvolvimento regional, Nove estudos sobre Santa Cruz do Sul e Vale do Rio Pardo, Região: escala de territorialidade, Economia ecológica, Economia para o homem e desenvolvimento regional, Desenvolvimento e disparidades sócio-econômicas no Rio Grande do Sul, Estudos sobre a imigração alemã (especial), A economia política do desenvolvimento Regional e Ecologia, economia e região, Interdisciplinaridade e Desenvolvimento Regional, Pólo de Modernização Tecnológica do Vale do Rio Pardo (especial), Ciências Administrativas e Desenvolvimento Regional (especial) e Desenvolvimento Regional: desafios de uma nova área do conhecimento (1ª parte). A Revista REDES se caracteriza por ser um periódico de qualidade, voltado para a divulgação do trabalho de pesquisadores envolvidos com a temática do desenvolvimento regional.

Além destas atividades, o CEPEDER também disponibiliza aos alunos e aos pesquisadores do Programa um suporte qualificado em métodos quantitativos de pesquisa, através da Oficina de Estatística.

Cabe destacar ainda que no contexto da instalação do PPGDR, surge também o Pólo de Modernização Tecnológica do Vale do Rio Pardo, com o objetivo de contribuir para a modernização das atividades produtivas, assegurar competitividade e viabilizar acesso às inovações tecnológicas. Criado em 1993, a partir de uma parceria entre a Universidade de Santa Cruz do Sul, o Conselho Regional de Desenvolvimento do Vale do Rio Pardo – COREDE/VRP e a Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado do Rio Grande do Sul, o Pólo procura atender às necessidades regionais, em especial nas Áreas de Alimentos, Meio Ambiente e Materiais, constituindo-se num importante agente para o desenvolvimento regional, promovendo a interação entre a Universidade, o setor público e a iniciativa privada.

Assim, tanto o Pólo de Modernização Tecnológica quanto o Conselho Regional de Desenvolvimento do Vale do Rio Pardo passam a constituir-se em interfaces do Programa, principalmente no tocante à identificação dos limites e das potencialidade de desenvolvimento da região.

Entretanto, como o Programa é resultado de um processo, norteado pela constante busca de qualidade, novos desafios se colocam como a necessidade do aprofundamento do debate sobre a interdisciplinaridade, o seu alcance, seus limites, e, sobretudo, a definição dos recortes metodológicos mais adequados para a produção do saber de caráter interdisciplinar.

Até 2002 o Programa esteve vinculado ao Comitê Multidisciplinar da CAPES. Tendo em vista a necessidade de estabelecer maior aproximação com os pesquisadores da área do Planejamento e Desenvolvimento Regional, decidiu-se, em maio de 2002, pela vinculação ao Comitê do Planejamento Urbano e Regional/Demografia.

Em 2002 é instalado o Doutorado em Desenvolvimento Regional, com o ingresso de oito alunos. Concomitantemente é apresentada à CAPES a solicitação de reconhecimento do mesmo, processo este que encontra-se em andamento junto aos órgãos competentes.

Neste contexto, portanto, o PPGDR - Mestrado e Doutorado visa promover a formação e o aprimoramento de profissionais para o exercício de atividades de pesquisa, de assessoria e consultoria, de avaliação e planejamento estratégico, em instituições públicas e privadas, em caráter interdisciplinar, com ênfase na promoção da cidadania e da qualidade de vida.

O PPGDR visa, igualmente, fomentar e consolidar pesquisas de caráter interdisciplinar, nas respectivas áreas de concentração, promovendo assim o aprofundamento dos conhecimentos relativos a fatores que intervêm no processo de promoção do desenvolvimento de uma região. Para isso considera-se primordial a atividade permanente de pesquisa que atenda às mudanças inerentes ao movimento das instituições econômicas, das organizações políticas da esfera estatal e da sociedade civil, às mudanças tecnológicas e ambientais, bem como as alterações próprias às esferas

jurídicas e simbólicas (costumes, religião, etc.) que normatizam e orientam o universo das representações dos membros de uma comunidade regional.

A partir da sua consolidação, o PPGDR tem como objetivo também tornar-se um centro de referência em estudos sobre Desenvolvimento Regional. Para tanto está-se desenvolvendo metodologias de análise do processo de desenvolvimento regional, bem como reunindo dados sobre diferentes processos históricos, fatores econômicos, políticos e tecnológicos que caracterizam o desenvolvimento de diversas regiões no mundo, além de reunir informações sobre estudos comparados de desenvolvimento dos países que integram o MERCOSUL.

Assim, o PPGDR, enquanto tal, propõe-se a desenvolver uma metodologia de análise regional, preparando seus egressos para atuarem como agentes ativos na identificação de problemas e na proposição de encaminhamentos, voltados para a promoção do desenvolvimento das regiões nas quais atuam.

Com a implantação do Doutorado pretende-se qualificar ainda mais os profissionais envolvidos no processo (docentes e alunos), para, a partir da produção de novos conhecimentos, garantir uma ação cada vez mais crítica e eficaz frente aos desafios postos pela realidade.

Assim, no intuito de aprofundar a ênfase no Desenvolvimento Regional, o PPGDR, no ano em que completa seu décimo ano de instalação, assume o desafio de rever a sua proposta e a sua estrutura, com destaque para a redefinição das Linhas de Pesquisa que norteiam a pesquisa do Programa.

As quatro áreas de concentração foram substituídas por uma, denominada Desenvolvimento Regional Sustentável, à qual vinculam-se três Linhas de Pesquisa, que são: Desenvolvimento, Ordenamento Territorial e Meio Ambiente; Cultura, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional; Desenvolvimento e integração regional.

ASPECTOS ESPECÍFICOS DO MESTRADO

O Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional - Mestrado, seleciona a cada ano letivo 20 candidatos. Através de uma prova de seleção, que ocorre no mês de outubro do ano que antecede a formação da nova turma, são selecionados os candidatos que apresentam a melhor pontuação nos seguintes aspectos: Projeto de pesquisa, Prova de conhecimentos, *Curriculum Vitae* e Entrevista.

O Programa apresenta uma grade curricular coerente com o seu caráter interdisciplinar. As disciplinas, num total de 24 créditos, são de dois créditos cada uma - 30 horas/aula - e estão organizadas em três trimestres letivos. O início e o término das disciplinas segue calendário próprio do Programa (1º trimestre - março/maio, 2º

trimestre - junho/agosto e 3º trimestre - setembro/novembro, com intervalos de duas semanas entre os trimestres). Somam-se a estes mais seis créditos, referentes à elaboração da dissertação, somando um total de 30 créditos. A disciplina Seminário de Dissertação é ministrada ao longo dos três primeiros trimestres do Programa, culminando com a defesa do projeto de dissertação no final do terceiro trimestre.

Para uma melhor operacionalização das atividades relacionadas às disciplinas, optou-se por concentrá-las nas quintas e sextas-feiras.

O mestrado deve ser concluído em dois anos. O primeiro ano é dedicado ao cumprimento dos créditos e o segundo é dedicado à elaboração da dissertação.

Para encaminhar a dissertação à defesa o aluno deverá ter realizado exame de proficiência em uma língua estrangeira (inglês, alemão, francês, espanhol ou italiano). A banca da defesa de dissertação é constituída de três professores doutores, sendo dois do Programa e um externo ao Programa.

ASPECTOS ESPECÍFICOS DO DOUTORADO

O PPGDR - Doutorado, seleciona a cada ano letivo 6 candidatos. Através de uma prova de seleção, que ocorre no mês de outubro do ano que antecede a formação da nova turma, são selecionados os candidatos que apresentam a melhor pontuação nos seguintes aspectos: Projeto de pesquisa, Prova de conhecimentos *Curriculum Vitae* e Entrevista. No processo de seleção de novos candidatos, é prevista a entrada direta de mestrados do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional que apresentem, a partir da excelência do trabalho de dissertação em elaboração, o parecer favorável do professor orientador, juntamente com parecer favorável de um professor doutor designado para tal avaliação. Para aprovação do candidato será exigida a proficiência em duas línguas estrangeiras, dentre as seguintes: inglês, alemão, francês, espanhol ou italiano, sendo que uma delas poderá ser obtida ao longo do desenvolvimento do Programa.

As disciplinas são de dois créditos - 30 horas/aula, sendo exigida a totalização de 48 créditos observando os seguintes critérios:

1. Aluno portador do título de Mestre egresso do PPGDR:
 - a) aproveitamento integral de 30 créditos
 - b) deverá cursar mais 10 créditos: duas disciplinas do núcleo básico, complementar ou tópico especial, somando 4 créditos e três disciplinas, em forma de Seminários, somando 6 créditos.
 - c) elaboração da tese: 8 créditos
2. Aluno portador do título de Mestre oriundo de outro Programa de Pós-Graduação:
 - a) aproveitamento de até 24 créditos;
 - b) deverá cursar 10 créditos: duas do núcleo básico e três disciplinas complemen-

tares ou tópico especial, sendo que uma delas poderá ser cumprida em outro Programa.

c) deverá cursar mais 6 créditos específicos do doutorado em forma de Seminários, somando 6 créditos.

d) elaboração da tese: 8 créditos

As disciplinas, em forma de Seminários, terão o seu cronograma e o seu conteúdo programático definidos a partir da proposta básica apresentada neste documento. Os créditos referentes a estas disciplinas poderão ser cumpridos parcialmente em forma de publicações e apresentação de trabalho em eventos científicos.

A defesa do projeto de pesquisa deverá ser feita até o 6º trimestre do Programa, perante banca examinadora composta de três professores doutores, dois dos quais vinculados ao Programa e um externo ao Programa. Em caso de reprovação, o aluno terá prazo de dois meses para reapresentar o projeto.

O doutorado deverá ser concluído em quatro anos, sendo que a defesa da tese será feita mediante banca examinadora composta de cinco professores doutores, sendo um deles o Professor Orientador, dois Professores vinculados ao Programa e dois externos ao Programa, acompanhados da indicação de dois suplentes.

Como resultado de todo este processo o Programa apresentou, em 1996, duas dissertações defendidas; em 1997 foram nove defesas; em 1998 quinze defesas; em 1999, vinte defesas; em 2000, vinte e nove defesas; em 2001 foram 33 defesas e em 2002, 19 defesas, sendo que no período de janeiro a abril de 2003, já foram realizadas 11 defesas de dissertações. Desde a criação do Programa, em março de 1994, foram totalizadas 138 defesas, no universo de 224 alunos matriculados ao longo deste período.

A CONCEPÇÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL QUE NORTEIA O PROGRAMA

Com o fim do socialismo real, marcado pela queda do muro de Berlim, vem se configurando no mundo um processo paradoxal: ao mesmo tempo em que o processo de globalização se acelera e se acentua, o de regionalização vem se tornando cada vez mais marcante.

É no território que este processo adquire concretude, ou seja, torna-se observável através das marcas que vão sendo impressas no mesmo.

Isto nos leva a constatar que as formas hoje impressas no território revelam o uso que vem sendo destinado ao mesmo ao longo do tempo. Este uso, por sua vez, é determinado por interesses sociais, econômicos, políticos e culturais, que, em última instância, configuram as regiões.

Estes interesses podem ser locais/regionais ou globais, ou seja, podem atender a interesses de agentes que têm seu endereço na própria região ou em qualquer lugar do mundo, ou até mesmo, não ter endereço algum, na medida em que são agentes que atuam

em rede, pelo mundo afora. E é exatamente neste aspecto que se dá a relação, ou a conexão, do local/regional com o global. Um dos exemplos mais claros deste processo é o papel do complexo transnacional fumageiro, instalado na "nossa região."

Mas, o que é uma região? Sem dúvida, do ponto de vista político-administrativo, regiões podem ser definidas e mapeadas sem grandes problemas. No entanto, uma região, para que exista de fato, tem que ser construída socialmente a partir de laços comuns, de traços de identidade, que se expressam no âmbito do cultural, do econômico e do político, que permitam vislumbrar desafios comuns à comunidade envolvida. Construir socialmente uma região significa potencializar sua capacidade de auto-organização, transformando uma sociedade inanimada, segmentada por interesses setoriais, pouco perceptiva de sua identidade territorial e definitivamente passiva, em outra, organizada, coesa, consciente de sua identidade, capaz de mobilizar-se em torno de projetos políticos comuns, ou seja, capaz de transformar-se em sujeito de seu próprio desenvolvimento. (BOISIER, 1996).

Milton Santos é bastante esclarecedor a este respeito, quando afirma que é pelo lugar que vemos o mundo e ajustamos a nossa interpretação, pois nele o permanente e o real triunfam afinal sobre o movimento passageiro, imposto de fora. O espaço aparece como substrato que acolhe o novo, mas resiste às mudanças, guardando o vigor da herança material e cultural, a força do que é criado de dentro e resiste, força tranqüila que espera, vigilante, a ocasião e a possibilidade de se levantar. Basta não considerar o espaço como simples materialidade, isto é, domínio da necessidade, mas como teatro obrigatório da ação, isto é, domínio da liberdade. (SANTOS, 1996).

Historicamente tem-se tentado promover o desenvolvimento a partir de ações de ordem quantitativa, estreitamente vinculadas a investimentos em infraestrutura e outras ações materiais, quando, na realidade o alcance deste intento está muito mais vinculado a ações de ordem qualitativa. Em outras palavras, tratava-se (e em grande parte ainda trata-se) de promover o crescimento, amparado em ações de caráter essencialmente exógeno, desviando do verdadeiro sentido de desenvolvimento, estreitamente vinculado ao caráter endógeno das ações.

Por Desenvolvimento Regional portanto, entende-se todo um processo de construção, amparado na potencialização de capacidades endógenas, ou como afirma Boisier (1998), a partir da construção de capital sinérgico, resultante da articulação de nove formas de capital, quase todos de caráter intangível, visando promover o desenvolvimento regional.

Estas formas de capital, segundo o autor, são: o capital econômico, o capital cognitivo, o capital simbólico, o capital cultural, o capital institucional, o capital psicossocial, o capital social, o capital cívico e o capital humano.

Assim, entende o autor, que a partir do capital sinérgico como elemento catalisador, tem-se os elementos básicos para a elaboração de um projeto político de desenvolvimento para um território.

O projeto político, que por definição é um projeto coletivo, elaborado a partir de um consenso (dentro dos limites do possível) cumpre com requisitos, ao meu entender básicos, de uma proposta de desenvolvimento: por um lado o projeto político tira a questão do desenvolvimento de um território do campo do azar (o que equivale a esperar que o desenvolvimento se produza por "buena suerte"), para colocá-lo no campo probabilístico (ou seja, coloca o desenvolvimento nas mãos da sociedade) e, por outro lado, o projeto político transforma um conjunto passivo e desordenado, entrópico, de decisões individuais, em uma matriz decisional coerente com a própria visão de desenvolvimento. (BOISIER, 1998, p.19).

Milton Santos afirma que a ordem global busca impor, a todos os lugares, uma única racionalidade. E os lugares respondem ao mundo segundo diversos modos de sua própria racionalidade.

A ordem global serve-se de uma população esparsa de objetos regidos por essa lei única que os constitui em sistema. A ordem local é associada a uma população contígua de objetos, reunidos *pele* território e *como* território, regidos pela interação.

No primeiro caso, a solidariedade é produto da organização. No segundo caso, é a organização que é produto da solidariedade. A ordem global e a ordem local constituem duas situações geneticamente opostas, ainda que em cada uma se verifiquem aspectos da outra. A razão universal é organizacional, a razão local é orgânica. No primeiro caso, prima a informação que, aliás, é sinônimo de organização. No segundo caso, prima a comunicação.

A ordem global funda as escalas superiores ou externas à escala do cotidiano. Seus parâmetros são a razão técnica e operacional, o cálculo de função, a linguagem matemática. A ordem local funda a escala do cotidiano, e seus parâmetros são a co-presença, a vizinhança, a intimidade, a emoção, a cooperação e a socialização com base na contigüidade. (SANTOS, 1996)

Dito em outras palavras, para promover o desenvolvimento regional no contexto da realidade atual é preciso estar atento à dimensão horizontal do processo, conhecer, em profundidade a região em questão, identificar suas potencialidades e construir instrumentos de coesão social em torno de propósitos comuns à população envolvida. Além disso, é preciso criar formas de representação da vontade da maioria, identificada a partir da participação de todos, para permitir que uma nova forma de gestão do território possa ser gestada.

É este o trabalho que a sociedade gaúcha vem realizando ao longo das últimas décadas, expresso na criação das Universidades Comunitárias, dos Pólos de Modernização Tecnológica, dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento e, mais recentemente, na instalação do Orçamento Participativo, como forma de comprometer a sociedade como um todo, e as diversas regiões em particular, na tomada de decisões referentes à gestão do território.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional - Mestrado e Doutorado, vem trazendo importante contribuição à qualificação do debate sobre os temas relacionados à promoção do desenvolvimento na perspectiva territorial, através da elaboração de um referencial teórico-metodológico que visa fundamentar a ação neste campo, contribuindo para transformar a ação numa práxis transformadora da realidade. A construção deste referencial teórico-metodológico, entretanto, só se torna viável a partir da abordagem interdisciplinar, ou seja, a investigação em torno do tema desenvolvimento regional pressupõe a formação de equipes de pesquisadores, provenientes de diversos campos específicos do saber. É importante salientar, entretanto, que entende-se por abordagem interdisciplinar não uma mera justaposição de diversas disciplinas específicas, mas o resultado da interação de um grupo de especialistas que se propõe a abordar um problema, para o qual as possíveis respostas só podem advir da análise de interrelações que rompem as fronteiras dos campos específicos do saber, e exigem o diálogo e a troca de experiências entre os integrantes do grupo. Tudo isto porque o campo de investigação do desenvolvimento regional situa-se em pontos de confluência que expressam as grandes angústias e os grandes problemas das populações que vivem em seus territórios, carregados de marcas impressas ao longo do tempo, formatados por condicionantes naturais, interesses econômicos, sociais, políticos e culturais, que em última análise, são as regiões.

REFERÊNCIAS

- BOISIER, S. *El desarrollo territorial a partir de la construcción de capital sienergetico*. Santiago de Chile: ILPES, 1998.
- _____. *Modernidad e Territorio*. Santiago de Chile: ILPES, 1996 (Cuadernos n°42).
- SANTOS, M. *A Natureza do Espaço - técnica e tempo & razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

Recebido para publicação em 01/10/02

Aceito para publicação em 24/03/03